



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **4000934-84.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **ARIANE GUACELLI TABOAS**
 Impetrado: **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **ARIANE GUACELLI TABOAS** contra ato da **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, figurando como ente público interessado o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN**.

Aduz a impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informada de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, sem que houvesse motivação na decisão administrativa, com violação ao contraditório, tendo apresentado recurso administrativo junto ao JARI ainda pendente de julgamento.

Liminar indeferida a fls. 27.

Interposto Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a liminar, foi concedida antecipação da tutela para afastar o bloqueio e permitir a renovação da CNH da agravante, se inexistente penalidade de suspensão ou de cassação do direito de dirigir imposta em caráter definitivo na esfera administrativa (fls.35/36).

A autoridade coatora prestou informações a fls. 39/44, alegando que o impetrante cometeu infrações de trânsito que geraram a instauração de Procedimento Administrativo e, sendo assim, o próprio sistema PRODESP providencia o bloqueio no prontuário do permissionário, impedindo-o de renovar a sua Carteira de Habilitação, tendo sido interposto recurso, ainda não julgado, junto à JARI. Finaliza dizendo que deu cumprimento à liminar.

O Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN requereu ingresso na lide na qualidade de assistente litisconsorcial a fls. 46.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 54).

O Departamento Estadual de Trânsito informa que notificou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

a impetrante da decisão do recurso à JARI, cientificando-a do prazo de 30 (trinta) dias para entrega da CNH ou, no mesmo prazo, apresentar recurso ao Cetran (fls.60).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Sustenta a impetrante que a ilegalidade consiste no bloqueio do seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído contra a aplicação da penalidade, conforme comprovam os documentos juntados aos autos.

De fato, ainda não ocorreu o trânsito em julgado na esfera administrativa. Há informação (fls.60) de decisão do recurso apresentado à JARI, com prazo, ainda em curso, para oferta de recurso ao CETRAN, conforme prevê o artigo 14, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro:

“Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE: V- julgar os recursos interpostos contra decisões: a) das JARI”.

No mais, tem-se que o artigo 265 do CTB estabelece:

“As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa”.

Certo é que o princípio da legalidade nada mais significa senão a completa submissão da Administração ao teor das leis. Logo, resulta claro que, enquanto não concluído o processo administrativo, não há ensejo para a medida tomada.

De lembrar, ainda, o teor do artigo 24 da Resolução 182 do CONTRAN que diz:

“No curso do processo administrativo de que trata esta Resolução não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de mudança de categoria da CNH, renovação e transferência para outra unidade da Federação, até a notificação para a entrega da CNH de que trata o art. 19”.

De observar-se, ainda, o que estabelece o artigo 6º da Resolução:

“**Esgotados todos os meios de defesa** da infração na esfera administrativa, os pontos serão considerados para fins de instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir”.

Já o parágrafo segundo estabelece que:

“Se a infração cometida for objeto de recurso em tramitação na esfera administrativa ou de apreciação judicial, os pontos correspondentes ficarão **suspensos até o julgamento** e, sendo mantida a penalidade, os mesmos serão computados, observado o período de doze meses, considerada a data da infração”.

Nota-se no presente caso que o impetrante interpôs recurso administrativo no prazo admitido em lei, de forma que não é possível



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

aplicação de qualquer penalidade antes de concluídas as etapas do devido processo legal.

Nessa linha de raciocínio, confira-se o julgado:

Processo Administrativo Renovação de CNH - Pendência de julgamento de recurso administrativo Suspensão do direito de dirigir - Inadmissibilidade - Respeito ao contraditório e à ampla defesa - Resolução nº 182/05 do CONTRAN. Recurso improvido. (Apelação nº 0006360-53.2010.8.26.0566, rel. ALVES BEVILACQUA, Dj 08.03.2012).

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo da impetrante, pois é direito dela se submeter ao procedimento visando a renovar a habilitação, porque as restrições constantes da decisão noticiada, sujeitando-se a recurso, não podem constar do prontuário enquanto não ocorrer o trânsito em julgado administrativo.

Observo que a antecipação da tutela foi concedida em sede de Agravo de Instrumento.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança para determinar que não seja aplicada sanção administrativa à impetrante até o término do procedimento administrativo.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora, bem como ao E. Tribunal.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P R I C

São Carlos, 06 de fevereiro de 2014.